



CADERNO
MAPEADO

CADERNO **MAPEADO** *EXTREME*

CONCURSO
ISS GUARULHOS



PREFEITURA DE
GUARULHOS

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Seja muito bem-vindo!

Olá, futuro aprovado no concurso **do ISS Guarulhos!**

Você acaba de baixar a **amostra** do **Caderno Mapeado Extreme** para o concurso **do ISS Guarulhos!**

O **Caderno Mapeado Extreme** é um material que compila os principais tópicos do edital (identificado a partir de análise estatística da banca e do concurso), focando em exemplificar a teoria por meio de tabelas, esquemas, resumos e macetes das disciplinas. Com ele você é capaz de compreender os principais tópicos e fundamentos de um determinado assunto de maneira facilitada e organizada.



No material completo você terá acesso às seguintes disciplinas do cargo de **Auditor Fiscal**.

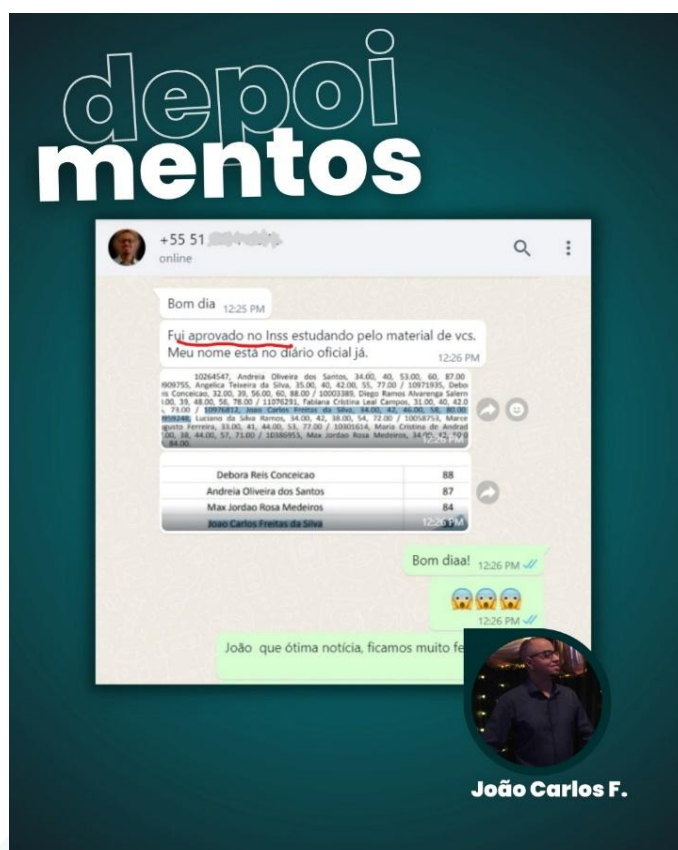
DISCIPLINAS

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico e Matemática Financeira
Tecnologia da Informação, Análise de Dados e LGPD
Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Tributário
Direito Empresarial, Direito Penal e Direito Civil
Legislação Tributária Municipal
Tributos Municipais
Reforma Tributária
Contabilidade Fiscal
Auditoria Fiscal
Processo Administrativo Tributário e Estrutura Administrativa

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!

AUDITORIA FISCAL

A auditoria consiste na aplicação organizada de procedimentos destinados à obtenção e à avaliação de evidências. Na auditoria independente, o objetivo central é aumentar o grau de confiança dos usuários nas demonstrações contábeis mediante a emissão de uma opinião. Na auditoria fiscal, as técnicas são direcionadas à verificação do cumprimento das obrigações tributárias, à identificação de inconsistências e à correta quantificação dos valores que podem repercutir na constituição, revisão ou retificação do crédito tributário.

O estudo da Auditoria Fiscal exige a integração de três grandes áreas:

1. fundamentos e normas de auditoria;
2. contabilidade e análise das demonstrações;
3. legislação, documentos e sistemas tributários.

A escrituração contábil é construída a partir de documentos que comprovam os fatos administrativos e culmina na elaboração das demonstrações contábeis. Por isso, livros, registros, documentos fiscais e demonstrações constituem importantes fontes de evidência para o auditor fiscal.

1) Auditoria interna, independente e fiscal

1.1) Conceito geral de auditoria

Auditoria é o processo sistemático de obtenção e avaliação de evidências sobre informações, operações, controles ou demonstrações, com o objetivo de verificar sua conformidade com critérios previamente definidos.

Esses critérios podem ser:

- normas contábeis;
- legislação tributária;
- políticas internas;
- contratos;
- regulamentos;
- critérios de desempenho;
- padrões técnicos.

A auditoria não se resume à procura de erros ou fraudes. Seu trabalho envolve planejamento, avaliação de riscos, seleção de procedimentos, documentação dos resultados e formação de uma conclusão tecnicamente fundamentada.

1.2) Auditoria interna

A auditoria interna integra o sistema de controle interno da entidade, embora não se confunda com ele. Sua finalidade é auxiliar a administração no cumprimento dos objetivos organizacionais, avaliando controles, processos, riscos, informações contábeis e atividades operacionais.

Características principais:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Elemento	Auditoria interna
Vínculo	Integra a estrutura da organização
Destinatário principal	Administração e governança
Continuidade	Atuação normalmente contínua
Finalidade	Avaliar controles e melhorar processos
Produto	Relatórios, conclusões e recomendações
Independência	Relativa, vinculada à estrutura organizacional

O auditor interno pode propor melhorias, mas a implantação dos controles e das medidas corretivas pertence à administração. Também pode assessorar na prevenção de fraudes, sem assumir a responsabilidade primária por sua prevenção e detecção.

CONTABILIDADE FISCAL

A Contabilidade Fiscal utiliza os registros, livros, documentos e demonstrações contábeis para compreender os fatos econômicos praticados pela entidade, verificar o adequado reconhecimento de receitas, custos e despesas e identificar possíveis reflexos tributários.

Embora as demonstrações contábeis sejam elaboradas para atender usuários em geral, seus dados também constituem importante fonte de informação para a Administração Tributária. A análise fiscal pode revelar, por exemplo, receitas omitidas, passivos fictícios, estoques incompatíveis, despesas sem comprovação, créditos indevidamente reconhecidos e diferenças entre os documentos fiscais e a escrituração contábil.

O estudo deve partir dos conceitos básicos e avançar progressivamente até a avaliação de ativos e passivos, a apuração do resultado, os investimentos societários e a consolidação das demonstrações contábeis.

1. Conceitos fundamentais de Contabilidade

1.1 Conceito, objeto e finalidade

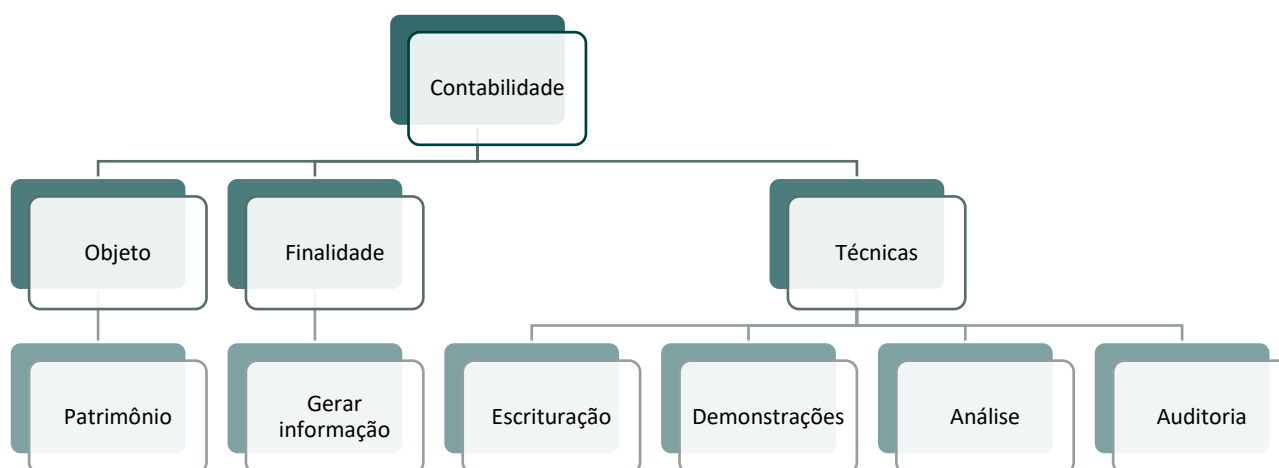
A Contabilidade é a ciência que estuda, controla e evidencia o patrimônio das entidades. Por meio de suas técnicas, registra os acontecimentos que provocam alterações patrimoniais e produz informações econômicas, financeiras e patrimoniais úteis aos usuários.

Seu **objeto** é o patrimônio, compreendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma entidade.

Sua **finalidade** é fornecer informações que permitam:

- controlar o patrimônio;
- acompanhar suas variações;
- apurar lucro ou prejuízo;
- avaliar a situação econômica e financeira;
- auxiliar a tomada de decisões;
- subsidiar atividades de auditoria, fiscalização e controle.

A Contabilidade não se limita às empresas com finalidade lucrativa. Seu campo de aplicação alcança todas as entidades econômico-administrativas, inclusive associações, fundações, órgãos públicos e outras organizações.



1.2) Usuários da informação contábil

Os usuários podem ser internos ou externos.

Usuários internos	Interesse principal
Administradores	Planejamento, controle e decisões
Sócios e proprietários	Rentabilidade e situação patrimonial
Gestores financeiros	Liquidez, endividamento e fluxo de caixa

Usuários externos	Interesse principal
Investidores	Retorno e riscos do investimento
Credores	Capacidade de pagamento
Fornecedores	Solvência e continuidade
Governo e Fisco	Cumprimento das obrigações tributárias
Empregados	Continuidade e capacidade econômica
Sociedade	Impactos econômicos e sociais

Importante!

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

As demonstrações contábeis de propósito geral não são elaboradas exclusivamente para o Fisco. A autoridade tributária pode exigir registros e informações adicionais, mas a escrituração societária deve representar adequadamente os fatos econômicos da entidade.



Hora da Revisão!

O objeto da Contabilidade é a apuração dos tributos devidos pela entidade, enquanto sua finalidade consiste exclusivamente no atendimento às autoridades fiscais.

Gabarito: Errado.



Comentário:

O objeto da Contabilidade é o patrimônio. Sua finalidade é produzir informações econômicas, financeiras e patrimoniais para diversos usuários. A apuração e a fiscalização tributárias representam apenas algumas das aplicações da informação contábil.



CONCEITOS E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Introdução

O Direito Administrativo é um ramo do Direito Público que regulamenta a **organização, funcionamento e atividade** da Administração Pública. Ele estabelece as normas e princípios que orientam a atuação dos órgãos e agentes públicos, visando a busca do interesse público nas relações entre o Estado e os cidadãos.

O Direito Administrativo é essencial para assegurar a **legalidade, transparência e eficiência** na atuação do Estado, protegendo os direitos dos cidadãos e contribuindo para o bom funcionamento da Administração Pública.

Você pode perceber que as matérias do direito brasileiro são codificadas, ou seja, as normas jurídicas básicas são organizadas em um código, como por exemplo – o direito civil tem sua base no Código Civil.

No entanto, ao abordar o direito administrativo, é notável a ausência de um "Código de Direito Administrativo". Diversas leis e atos normativos contêm disposições relacionadas ao direito administrativo, mas não há uma compilação centralizada dessas normas. Quando menciono direito administrativo, é comum pensar na Lei 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), na Lei 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores da União), na Lei 9.784/1999 (Lei de Processo Administrativo) e em outras legislações específicas. Percebe-se, portanto, que diversas leis tratam desse tema de forma separada. Isso sem mencionar os decretos regulamentares, instruções normativas e demais normas que também se aplicam.

Assim, o direito administrativo não é codificado, uma vez que as normas que o regem estão dispersas em diferentes leis, atos normativos e princípios administrativos.

2) Objeto do Direito Administrativo

O objeto do Direito Administrativo consiste na análise da **atividade administrativa do Estado**, abrangendo:

A estrutura da Administração Pública (órgãos e entidades);

- Os agentes públicos e suas funções;
- Os atos administrativos;
- Os contratos administrativos;
- Os serviços públicos;
- O controle da Administração Pública.

Em outras palavras, o objeto é a **função administrativa**, que pode ser definida como a atividade concreta, contínua e imediata exercida pelo Estado para atender às necessidades coletivas.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Elemento	Descrição
Administração Pública	Organização estatal (direta e indireta)
Atividade Administrativa	Atos, contratos, serviços públicos
Agentes Públicos	Pessoas que exercem função administrativa
Controle	Mecanismos de fiscalização (interno e externo)



Tome nota!

A função administrativa pode ser exercida por qualquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), desde que atue **atipicamente** na gestão administrativa.

3) Fontes do Direito Administrativo

As fontes do Direito Administrativo são os meios pelos quais as normas administrativas são estabelecidas, aplicadas e interpretadas. Elas podem ser divididas em **fontes primárias** e **fontes secundárias**.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL FEDERAL DE 1988

1) Introdução

Constituição pode ser conceituada como um **sistema unitário e harmônico** de “normas jurídicas que cria o Estado, regulamenta a forma de Estado, a forma de governo, o sistema de governo, o regime de governo, o modo de aquisição e exercício do poder estatal, o estabelecimento de seus órgãos, os limites de sua ação e os direitos e garantias fundamentais”

Para José Afonso da Silva, Direito Constitucional é “o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado”.

Em relação ao sentido material, Paulo Bonavides diz que a Constituição é “o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais”.

Dependendo de como se olha a Constituição ela poderá assumir três sentidos diferentes: o sociológico, o político e o jurídico, os quais estudaremos a seguir.

2) Contexto Histórico

A trajetória constitucional do Brasil acompanha as mudanças **políticas, sociais e econômicas** do país, refletindo diferentes concepções de Estado e direitos ao longo do tempo. Ao todo, o Brasil já teve **sete** Constituições e uma emenda com peso de Constituição:

1. Constituição de 1824 – Outorgada por Dom Pedro I após a Independência, foi a primeira constituição brasileira e instituiu uma monarquia constitucional centralizada. Introduziu o Poder Moderador, exclusivo do imperador, o que lhe conferia grande concentração de poder. Os direitos individuais eram reconhecidos, mas de forma restrita e com forte influência do absolutismo português.

2. Constituição de 1891 – Primeira Constituição republicana, influenciada pelo modelo norte-americano. Instituiu o federalismo e o presidencialismo, substituindo o Poder Moderador por um sistema de separação de poderes mais definido. Pela primeira vez, o voto passou a ser direto (embora restrito a homens alfabetizados).

3. Constituição de 1934 – Criada após a Revolução de 1930, trouxe avanços sociais significativos, como o voto secreto, o voto feminino e a previsão de direitos trabalhistas (jornada de 8 horas, férias remuneradas). Representa a introdução do constitucionalismo social no Brasil.

4. Constituição de 1937 – Conhecida como “Polaca” por ter se inspirado na Constituição autoritária da Polônia, foi imposta por Getúlio Vargas para consolidar o Estado Novo. Centralizou o poder no Executivo e restringiu direitos e liberdades.

5. Constituição de 1946 – Promulgada após a queda do Estado Novo, restaurou o regime democrático e ampliou garantias individuais. Reafirmou o federalismo e o sistema presidencialista.

6. Constituição de 1967 – Editada durante o regime militar, consolidou o autoritarismo com forte centralização de poder e redução de direitos fundamentais.

- **Emenda Constitucional nº 1/1969** – Apesar de ser uma emenda, muitos a consideram uma nova Constituição por ter reforçado o regime militar e institucionalizado o AI-5 (Ato Institucional nº 5). Editada em 17 de outubro de 1969, foi decretada pela Junta Militar e entrou em vigor em 30 de novembro de 1969, promovendo amplas modificações na Constituição de 1967. Essa emenda intensificou a concentração de poder no Executivo, sob domínio do Exército, e permitiu que a substituição do Presidente fosse feita pela Junta Militar, mesmo com a possibilidade de substituição pelo então Vice-Presidente Pedro Aleixo.

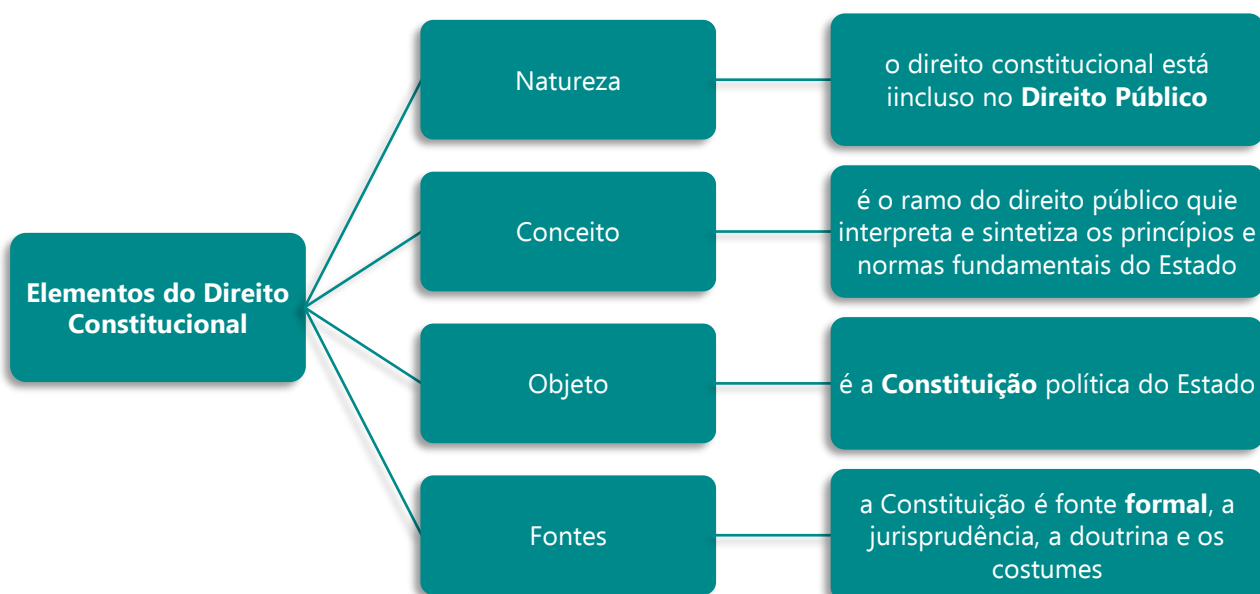
7. Constituição de 1988 – Conhecida como “Constituição Cidadã”, resultou do processo de redemocratização. Ampliou direitos individuais, sociais, econômicos e coletivos, consolidando o Estado Democrático de Direito e fortalecendo o controle de constitucionalidade.

3) Teoria da Constituição

O **Direito Constitucional** é a disciplina que se dedica ao estudo das normas e princípios fundamentais que organizam o Estado, definem os direitos e deveres dos cidadãos, e estabelecem a estrutura do poder público.

Essas normas são consagradas em uma **Constituição**, que é o documento jurídico mais elevado de um país.

Antes de adentrar no conceito específico de constituição, precisamos sintetizar alguns elementos de grande importância ainda sobre o direito constitucional:



DIREITO EMPRESARIAL

TEORIA DA EMPRESA E DIREITO SOCIETÁRIO

1) Introdução

O Direito Empresarial disciplina o exercício profissional e organizado da atividade econômica, bem como os sujeitos, os bens e as estruturas jurídicas utilizados em seu desenvolvimento. O núcleo da disciplina encontra-se no Livro II da Parte Especial do Código Civil, especialmente entre os arts. 966 e 1.195, sem prejuízo das leis especiais aplicáveis a determinados tipos societários.

O presente caderno aborda a Teoria da Empresa, os institutos fundamentais do Direito Empresarial e os principais aspectos do Direito Societário indicados no conteúdo programático. A exposição foi organizada para concursos públicos, com explicações teóricas, comparações, esquemas e entendimentos jurisprudenciais.

2) Teoria da Empresa

A Teoria da Empresa foi desenvolvida no Direito italiano e adotada pelo Código Civil brasileiro de 2002. Com sua incorporação, o Direito Empresarial deixou de ser delimitado pela antiga enumeração dos atos de comércio e passou a incidir sobre determinada forma de exercício da atividade econômica: a atividade empresarial.

Na antiga Teoria dos Atos de Comércio, o regime comercial era aplicado às atividades previamente classificadas pela legislação como mercantis. Esse modelo mostrou-se insuficiente, pois excluía atividades economicamente relevantes, como determinadas prestações de serviços, atividades imobiliárias e atividades rurais.

A Teoria da Empresa ampliou o objeto da disciplina. O ponto central deixou de ser o ato isoladamente praticado e passou a ser a atividade econômica organizada e exercida profissionalmente.

2.1) Perfis da empresa

A doutrina de Alberto Asquini examina a empresa como fenômeno poliédrico, isto é, sob diferentes perspectivas.

Perfil	Correspondência
Subjetivo	Empresário individual ou sociedade empresária

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Funcional	Atividade econômica organizada
Objetivo ou patrimonial	Estabelecimento empresarial
Corporativo ou institucional	Comunidade formada pelo empresário e seus colaboradores

Para o Direito brasileiro, os três primeiros perfis possuem maior relevância empresarial. O perfil corporativo é estudado predominantemente pelo Direito do Trabalho.

Vale ressaltar:

- **Empresário:** sujeito que exerce a atividade.
- **Empresa:** atividade econômica organizada.
- **Estabelecimento:** complexo de bens utilizado na atividade.
- **Sociedade empresária:** pessoa jurídica que exerce a empresa.



Tome nota!

A empresa não é o imóvel, a sociedade, o estabelecimento ou a pessoa do empresário. Em sentido técnico, empresa é a própria atividade econômica organizada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Apresentação: Como estudar este caderno

O Direito Tributário organiza juridicamente a instituição, a fiscalização e a cobrança dos tributos. Seu estudo exige a compreensão de uma sequência lógica: a lei descreve uma hipótese de incidência; o fato concreto realiza essa hipótese; nasce a obrigação tributária; o lançamento constitui o crédito; e, por fim, o crédito é pago, suspenso, excluído, extinto ou cobrado.

Este caderno percorre os principais institutos do Código Tributário Nacional em ordem funcional. A exposição combina texto explicativo, quadros comparativos, esquemas visuais, exemplos e questões de revisão, priorizando os pontos mais cobrados em concursos públicos.

Orientação de prova

Quando a questão reproduzir a literalidade do CTN, a resposta deve seguir o texto legal. Em temas jurisprudenciais, verifique se a banca cobra a regra do Código ou a interpretação consolidada pelo STF e pelo STJ.

Mapa do conteúdo

Bloco	Conteúdo central
Fundamentos	CTN, conceito e espécies de tributo, competência tributária.
Legislação e obrigação	Vigência, aplicação, interpretação, fato gerador, sujeitos e domicílio.
Responsabilidade	Solidariedade, sucessores, terceiros, infrações e denúncia espontânea.
Crédito tributário	Lançamento, revisão, retificação, suspensão, extinção e exclusão.
Cobrança e controle	Garantias, fiscalização, dívida ativa, certidões, decadência e prescrição.
Jurisprudência	Súmulas e precedentes essenciais do STF e do STJ.

1) Código Tributário Nacional e noções introdutórias

O Código Tributário Nacional foi editado como Lei nº 5.172/1966 e, com a Constituição de 1988, foi recepcionado com força de lei complementar nas matérias reservadas pelo art. 146 da Constituição. Por isso, suas normas gerais vinculam União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Direito Tributário é ramo do direito público que disciplina a relação entre o Estado e as pessoas sujeitas à tributação. Seu núcleo não é apenas arrecadar: ele também limita o poder estatal, assegura legalidade, previsibilidade e tratamento juridicamente controlável ao contribuinte.

A receita tributária é derivada, pois decorre do poder de império do Estado sobre o patrimônio privado. A obrigação tributária é ex lege: nasce da lei e da ocorrência do fato gerador, independentemente da vontade do sujeito passivo.

Ponto-chave

O CTN contém normas gerais. A instituição concreta de cada tributo depende da competência constitucional e da lei do ente competente.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



Hora da Revisão!

Certo ou errado

O Código Tributário Nacional possui natureza de lei ordinária em todos os seus dispositivos, podendo ser livremente alterado por lei ordinária posterior.

Gabarito: Errado.



Comentário:

Embora tenha sido formalmente editado como lei ordinária, o CTN foi recepcionado com status de lei complementar nas matérias reservadas constitucionalmente à lei complementar, como obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência.



LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEI MUNICIPAL Nº 7.966/2021 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

1) Introdução

A Lei Municipal nº 7.966/2021 institui o **Código Tributário do Município de Guarulhos**, organizando as normas gerais aplicáveis à relação tributária municipal e estabelecendo os elementos essenciais dos tributos cobrados pelo Município.

O Código encontra-se dividido em três livros:

Livro	Conteúdo
Livro I	Normas gerais de Direito Tributário
Livro II	Tributos municipais em espécie
Livro III	Disposições finais

O Livro I disciplina a legislação tributária, as obrigações tributárias, o crédito tributário, a fiscalização, a dívida ativa, as certidões, as imunidades e o procedimento administrativo tributário. O Livro II trata dos impostos, das taxas e da contribuição de melhoria. O Livro III reúne regras finais, inclusive sobre contagem de prazos e isenções de IPTU.

2) Legislação tributária municipal

A legislação tributária de Guarulhos compreende as **leis, os decretos e as normas complementares** que tratem, total ou parcialmente, de tributos e das relações jurídicas tributárias.

São consideradas normas complementares:

- os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, como resoluções, portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço;
- as decisões administrativas às quais a lei atribua eficácia normativa;
- as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- os convênios celebrados pelo Município com outros entes federativos.

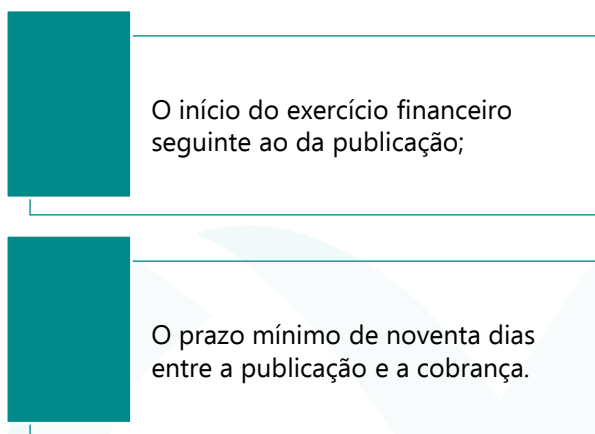
A observância dessas normas complementares exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização monetária da base de cálculo do tributo.

2.1) Aplicação territorial

A legislação tributária municipal aplica-se em todo o território de Guarulhos. Ela também poderá alcançar pessoa física, jurídica ou equiparada que não esteja estabelecida no Município, desde que integre uma relação jurídico-tributária cujo sujeito ativo seja o Município de Guarulhos.

2.2) Vigência e anterioridade

A lei que instituir ou majorar tributo deve observar cumulativamente:



Assim, a regra municipal incorpora tanto a **anterioridade anual** quanto a **anterioridade nonagesimal**.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação de textos é uma das habilidades mais exigidas em provas de concursos públicos. Mais do que compreender palavras isoladas, o candidato deve ser capaz de identificar **sentidos implícitos, relações semânticas, intenções comunicativas e recursos expressivos presentes no texto**.

De modo geral, a interpretação textual envolve a capacidade de compreender **o que o texto diz explicitamente e o que ele sugere implicitamente**, analisando elementos linguísticos, contextuais e discursivos. Conforme a tradição da gramática e da linguística textual, a construção do sentido depende da interação entre **autor, texto e leitor**.

Assim, ao analisar um texto, o leitor precisa considerar diversos aspectos, como a **situação comunicativa, as inferências possíveis, a presença de ironia, ambiguidades, intertextualidade e elementos não verbais**, entre outros fatores.

1) Situação comunicativa

Todo texto é produzido dentro de um **contexto de comunicação**. Esse contexto define as condições em que a mensagem é elaborada, transmitida e interpretada. Assim, compreender um texto não significa apenas analisar suas palavras ou frases, mas também identificar **quem fala, para quem fala, com qual objetivo e em qual contexto social ou cultural**.

A esse conjunto de fatores damos o nome de **situação comunicativa**. Ela constitui o cenário em que a comunicação ocorre e influencia diretamente o modo como o texto deve ser interpretado.

Em provas de concursos, muitas questões de interpretação exigem que o candidato reconheça **a intenção comunicativa do texto**, o público a que ele se dirige e o contexto em que foi produzido.

1.1) Elementos da situação comunicativa

A comunicação textual envolve alguns componentes fundamentais, que atuam de forma integrada no processo de produção e interpretação da mensagem.

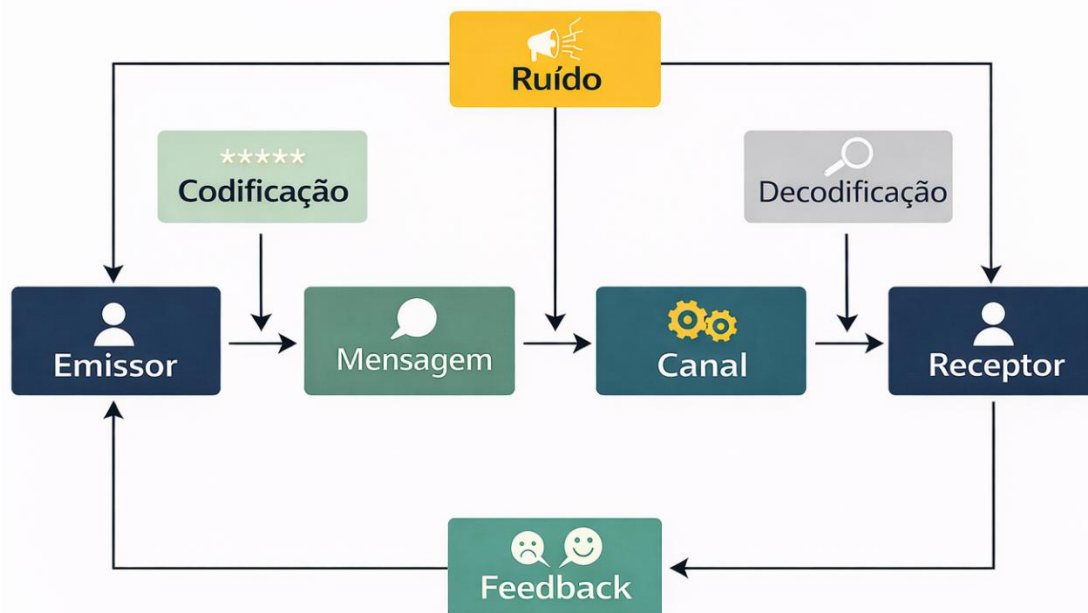
Elemento	Função
Emissor	Quem produz a mensagem (autor, instituição, narrador etc.)
Receptor	Quem recebe ou interpreta a mensagem
Mensagem	Conteúdo que se deseja transmitir
Canal	Meio utilizado para transmitir a mensagem (texto escrito, fala, imagem, mídia digital etc.)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Contexto	Circunstâncias sociais, históricas e culturais em que ocorre a comunicação
-----------------	--

Esses elementos formam o **processo comunicativo**, que permite a transmissão de ideias entre indivíduos ou grupos.

O Processo de Comunicação



Nesse processo, a comunicação ocorre da seguinte forma:



Tudo isso acontece dentro de um **contexto comunicativo**, que influencia o significado do texto.

Exemplo: Considere o seguinte enunciado:

“Beba água. Seu corpo agradece.”

Para compreender completamente essa mensagem, é necessário identificar os elementos da situação comunicativa.

Elemento	Identificação no exemplo
Emissor	Campanha de saúde ou órgão público
Receptor	População em geral
Mensagem	Incentivo à hidratação
Canal	Cartaz, propaganda ou anúncio

Contexto

Campanha de conscientização sobre saúde

Percebe-se que o texto possui **finalidade persuasiva**, ou seja, busca convencer o leitor a adotar determinado comportamento.

1.2) Importância da situação comunicativa na interpretação

Reconhecer a situação comunicativa permite compreender melhor:

- a **intenção do autor**;
- o **público-alvo do texto**;
- o **propósito comunicativo**;
- o **sentido global da mensagem**.

Por exemplo, a mesma frase pode assumir sentidos diferentes dependendo do contexto.

 **Exemplo:** Frase:

"Silêncio, por favor."

Possíveis contextos:

Contexto	Interpretação
Biblioteca	pedido de respeito ao ambiente de estudo
Hospital	necessidade de manter tranquilidade
Sala de aula	solicitação do professor aos alunos

Observe que **a frase é a mesma**, mas o significado prático muda conforme a situação comunicativa.

Comentário:

Em provas de interpretação de textos, é comum que as questões explorem a situação comunicativa para avaliar se o candidato consegue identificar:

- quem é o emissor do texto;
- quem é o destinatário da mensagem;
- qual é a finalidade do texto (informar, persuadir, narrar, instruir etc.);
- em que contexto o texto foi produzido.

Por isso, ao iniciar a leitura de qualquer texto, procure sempre responder mentalmente às seguintes perguntas:

- **Quem fala?**
- **Para quem fala?**
- **Com qual objetivo?**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Em qual contexto?**

Essas respostas ajudam a construir uma interpretação mais precisa e segura do texto.



PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL DE GUARULHOS

1) Introdução

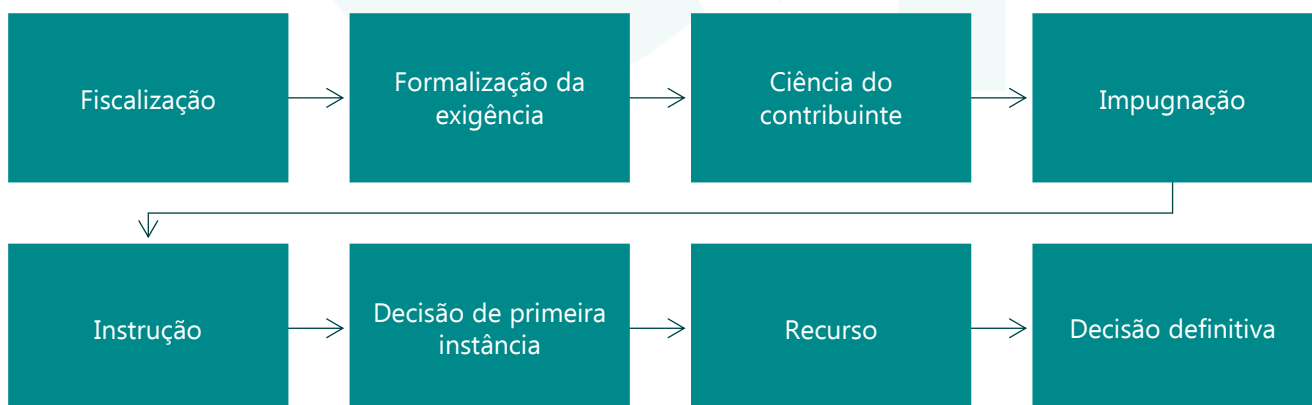
A **Lei Municipal nº 5.420/1999** disciplina o procedimento fiscal, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos agentes e inspetores fiscais de Guarulhos. O **Decreto Municipal nº 21.066/2000** regulamenta a lei e detalha a tramitação dos processos, as provas, as diligências, as decisões, os recursos, as consultas e as nulidades.

1.1) Procedimento e processo administrativo tributário

O procedimento tributário corresponde à atuação da Administração destinada a fiscalizar, apurar infrações e constituir o crédito tributário. Ele pode começar com o termo de início de fiscalização, a apreensão de bens ou documentos, a lavratura de auto de infração ou qualquer outro ato que demonstre o início da apuração fiscal.

O processo administrativo tributário surge quando há uma pretensão ou controvérsia a ser examinada pela Administração. Pode ser iniciado por requerimento do interessado ou de ofício pela autoridade competente e abrange matérias relacionadas à interpretação e à aplicação da legislação tributária.

A exigência fiscal deve ser formalizada por **notificação de lançamento** ou por **auto de infração e imposição de multa**, com instrumento próprio para cada tributo. O processo deve ser organizado cronologicamente, com suas folhas e documentos numerados e rubricados.



2) Competência administrativa

O julgamento dos atos e das defesas ocorre em duas instâncias administrativas.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Primeira instância

Responsável pela unidade administrativa de finanças

Segunda instância

Junta de Recursos Fiscais

A autoridade julgadora pode determinar diligências, perícias e outras provas, decidir a impugnação e encaminhar recurso de ofício à instância superior.

As consultas são dirigidas ao Prefeito Municipal, mas sua instrução e resposta são realizadas pela autoridade tributária responsável. A interpretação da legislação poderá ser uniformizada por instrução normativa expedida pelo órgão competente.

A competência é requisito de validade do ato. Por isso, o ato praticado por autoridade ou servidor incompetente é considerado nulo.



RACIOCÍNIO LÓGICO

PROPOSIÇÕES

1) Introdução

Fala, futuro aprovado!

Chegou a hora de estudarmos um tema muito importante do seu edital:

12. Proposições.

No estudo do raciocínio lógico, o conceito de **proposição** é o ponto de partida. Ele é fundamental para a resolução de problemas que envolvem análise de argumentos, tabelas-verdade, equivalências lógicas e inferências. Em concursos públicos, especialmente naqueles organizados pela **banca**, esse tema é recorrente e exige do candidato não apenas memorização de definições, mas a capacidade de **identificar e classificar enunciados com precisão**, distinguindo o que é ou não uma proposição, além de manipular logicamente essas estruturas.

Neste capítulo, vamos entender:

- ✓ O que é uma proposição;
- ✓ Como diferenciá-la de outros tipos de frases;
- ✓ Como representá-la;
- ✓ E como analisar seu valor lógico.

2) O que é uma proposição?

Uma **proposição** é uma **frase declarativa** que pode ser **classificada como verdadeira (V) ou falsa (F)**, mas **nunca as duas coisas ao mesmo tempo**.

Ou seja, para que uma frase seja considerada uma proposição, ela deve possuir um **valor lógico bem definido**.

Exemplos de proposições:

"Brasília é a capital do Brasil." → Proposição **verdadeira**.

" $2 + 2 = 5$." → Proposição **falsa**.

Frases que **NÃO** são proposições:

"Que horas são?" → Pergunta → **não possui valor lógico**.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

"Estude mais!" → Ordem → **não possui valor lógico**.

" $X + 3 = 10$." → **Não é proposição** enquanto X for uma variável sem valor definido.



Importante!

Somente frases declarativas com valor lógico (V ou F) são proposições.

Anotações

3) Tipos de proposições

As proposições podem ser:

a) Simples: expressam uma única ideia com valor lógico.

🔍 **Exemplo:** "O céu é azul."

b) Compostas: são formadas pela junção de duas ou mais proposições simples por meio de **conectivos lógicos**.

🔍 **Exemplo:** "O céu é azul **e** o mar é salgado."

REFORMA TRIBUTÁRIA

1) Introdução à Reforma Tributária do Consumo

A Reforma Tributária promovida pela **Emenda Constitucional nº 132/2023** inaugurou uma nova etapa no sistema tributário brasileiro, especialmente no campo da **tributação sobre o consumo**. Trata-se de uma mudança estrutural, voltada à superação de problemas históricos do modelo anterior, como a **excessiva complexidade normativa**, a **multiplicidade de tributos incidentes sobre bases semelhantes**, a **cumulatividade econômica indireta** e os frequentes **conflitos de competência entre os entes federativos**.

Durante décadas, a tributação do consumo no Brasil foi marcada pela convivência de tributos distintos, instituídos e administrados por diferentes pessoas políticas. A União arrecadava **IMI, PIS e COFINS**; os Estados e o Distrito Federal instituíam o **ICMS**; e os Municípios cobravam o **ISS**. Embora todos incidissem, em maior ou menor medida, sobre operações econômicas ligadas à produção, circulação ou prestação de serviços, cada tributo possuía regras próprias de incidência, base de cálculo, creditamento, imunidades, benefícios fiscais e obrigações acessórias. Esse cenário gerava enorme dificuldade operacional para empresas, contribuintes e para a própria administração tributária.

Em termos práticos, o sistema anterior impunha ao contribuinte a necessidade de compreender simultaneamente legislações federais, estaduais e municipais, muitas vezes incompatíveis entre si. Além disso, a fragmentação da tributação do consumo estimulava disputas judiciais, planejamento tributário defensivo, insegurança jurídica e perda de eficiência econômica. A reforma, nesse contexto, surgiu com a pretensão de **racionalizar a tributação do consumo**, aproximando o Brasil dos modelos internacionais de **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**.

1.1) Ideia central da reforma

A lógica central da reforma foi substituir parte relevante dos tributos incidentes sobre o consumo por um novo modelo baseado em **tributação ampla, não cumulativa e no destino**. Em vez de múltiplos tributos autônomos, o novo sistema passa a operar, principalmente, com:

- o **IBS – Imposto sobre Bens e Serviços**, de competência compartilhada entre **Estados, Distrito Federal e Municípios**;
- a **CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços**, de competência da **União**;
- e o **Imposto Seletivo – IS**, também de competência da **União**, com finalidade predominantemente extrafiscal.

Esse modelo é conhecido como **IVA dual**, porque há dois tributos principais sobre valor agregado: um de caráter subnacional (**IBS**) e outro de caráter federal (**CBS**). A criação desse desenho buscou respeitar a estrutura federativa brasileira, permitindo a unificação material da tributação do consumo sem eliminar a autonomia dos entes políticos.

1.2) Tributos que compunham o modelo anterior

No sistema anterior, a tributação do consumo se distribuía entre diversos tributos. Os principais eram os seguintes:

Tributo	Ente competente	Incidência geral
ICMS	Estados e Distrito Federal	Circulação de mercadorias e alguns serviços
ISS	Municípios e Distrito Federal	Prestação de serviços
IPI	União	Produtos industrializados
PIS	União	Receita/faturamento
COFINS	União	Receita/faturamento

Embora cada um tivesse fundamento constitucional próprio, a convivência desses tributos resultava em sobreposição material, controvérsias interpretativas e altos custos de conformidade.

A transformação digital modificou a forma como pessoas, empresas e órgãos públicos produzem, armazenam, analisam e compartilham informações. Bancos de dados, ferramentas de análise, documentos eletrônicos, sistemas fiscais digitais e mecanismos de segurança passaram a integrar as atividades administrativas, contábeis e tributárias.

Neste Caderno Mapeado, estudaremos os conceitos essenciais de dados, bancos de dados, Big Data, Business Intelligence, segurança da informação, documentos fiscais eletrônicos e proteção de dados pessoais. O conteúdo foi organizado de maneira direcionada para concursos públicos, com exemplos, esquemas, tabelas comparativas e questões de revisão.

1) Dados e informação

1.1) Conceito de dado

O **dado** é uma representação elementar de um fato, evento ou objeto. Isoladamente, ele pode não apresentar significado suficiente para uma decisão.

Exemplos:

- "150";
- "31/07/2026";
- "Ativo";
- "R\$ 5.000,00";
- número de CPF;
- código de uma receita tributária.

O dado constitui a matéria-prima utilizada pelos sistemas de informação.

1.2) Conceito de informação

A **informação** resulta do tratamento, da organização e da contextualização dos dados. Ela possui significado e pode ser utilizada para compreender uma situação ou tomar uma decisão.

 **Exemplo:**

Dados isolados:

- contribuinte: Empresa Alfa;
- valor recolhido: R\$ 5.000,00;

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

- período: julho;
- tributo: ISS.

Informação produzida:

A Empresa Alfa recolheu R\$ 5.000,00 de ISS no mês de julho.



TRIBUTOS MUNICIPAIS

DIREITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

1) Introdução

O Direito Tributário Municipal reúne as normas que disciplinam a instituição, a fiscalização, a arrecadação e a cobrança dos tributos de competência dos Municípios. A Constituição Federal delimita o campo de atuação municipal, enquanto o Código Tributário Nacional estabelece normas gerais sobre obrigação tributária, lançamento, responsabilidade, decadência, prescrição, fiscalização, dívida ativa e certidões.

Os principais impostos municipais são o **IPTU**, o **ITBI** e o **ISSQN**. Além deles, os Municípios podem instituir taxas, contribuição de melhoria e a contribuição destinada ao custeio, à expansão e à melhoria da iluminação pública e de sistemas de monitoramento de logradouros públicos, tradicionalmente denominada COSIP.

2) Competência tributária dos Municípios

A **competência tributária** é o poder constitucional conferido ao ente federativo para criar tributos por meio de lei. Ela compreende a possibilidade de definir o fato gerador, a base de cálculo, a alíquota, o contribuinte, as hipóteses de responsabilidade tributária, as obrigações acessórias e as penalidades, desde que respeitadas as normas constitucionais e as normas gerais previstas em lei complementar.

A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem impostos, taxas e contribuições de melhoria. No caso dos Municípios, a Constituição atribui especificamente a competência para a instituição do IPTU, do ITBI e do ISSQN. Também permite a instituição da contribuição prevista no art. 149-A e, de forma compartilhada com os Estados e o Distrito Federal, a participação no IBS.

A competência tributária possui algumas características importantes:

- **Indelegabilidade:** o Município não pode transferir a outro ente o poder de criar seus tributos.
- **Facultatividade:** a Constituição autoriza a instituição do tributo, mas não obriga automaticamente o Município a criá-lo. A instituição depende de lei municipal.
- **Irrenunciabilidade:** o Município não perde definitivamente a competência pelo fato de não exercê-la.
- **Incaducabilidade:** o não exercício da competência durante determinado período não impede sua utilização futura.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Competência legislativa plena:** dentro dos limites constitucionais e das normas gerais, o Município pode disciplinar seus tributos por meio da legislação local.

Embora a competência para criar o tributo seja indelegável, as atividades de **arrecadação, fiscalização e execução de atos administrativos** podem ser atribuídas a outra pessoa jurídica de direito público. Essa atribuição corresponde à capacidade tributária ativa e não representa transferência da competência legislativa.

3) Tributos relacionados à competência municipal

Tributo	Fundamento	Situação tributada
IPTU	Art. 156, I, da CF e arts. 32 a 34 do CTN	Propriedade, domínio útil ou posse de imóvel urbano
ITBI	Art. 156, II, da CF e arts. 35 a 42 do CTN	Transmissão onerosa inter vivos de imóveis e direitos imobiliários
ISSQN	Art. 156, III, da CF e LC nº 116/2003	Prestação de serviços previstos em lei complementar
Taxas municipais	Art. 145, II, da CF e arts. 77 a 80 do CTN	Poder de polícia ou serviço público específico e divisível
Contribuição de melhoria	Art. 145, III, da CF e arts. 81 e 82 do CTN	Valorização imobiliária decorrente de obra pública
COSIP	Art. 149-A da CF e art. 82-A do CTN	Iluminação pública e sistemas de monitoramento de logradouros
IBS	Art. 156-A da CF	Operações com bens materiais, imateriais, direitos e serviços

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Parabéns por ter chegado até aqui.

Futuro(a) aprovado na **ISS Guarulhos**: viu como é fácil estudar pelo material estruturado de forma eficiente e inteligente?

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo.

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

O estudo é a jornada que **transforma esforço em conhecimento e sonhos em realizações.**

Persista, pois cada página virada é um passo mais próximo do seu sucesso!

CM Cursos Online



Bora para cima!